

COOPERATIVAS DO PARANÁ: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

Camila da Rocha Kaizer

Diego da Silva Pelegrino

Maria Augusta Dias Peixoto

INTRODUÇÃO

O sistema cooperativo cumpre papel fundamental no desenvolvimento do Estado do Paraná. Acionando diretamente a geração de empregos, produção e renda, o cooperativismo paranaense se coloca como um modelo a ser seguido na estruturação, organização e execução do trabalho cooperado.

Define-se por sociedade cooperativa a associação de pessoas com interesses comuns, organizada de forma democrática, sem finalidade lucrativa. Constituídas sobre os princípios da igualdade, democracia, autonomia e intercooperação, e integradas ao contexto global, as cooperativas representam um fator primordial para o entendimento do desenvolvimento econômico do Paraná, ao longo de sua história.

Assim sendo, o presente artigo tem como escopo apresentar noções gerais sobre o cooperativismo, demonstrando sua importância nos avanços econômicos conquistados pelo Estado do Paraná. Para tanto, o estudo será estruturado em três seções.

A primeira retrata a origem dos ideais cooperativistas, através da construção dos conceitos referentes ao sistema organizacional aplicado, tendo em vista as transformações sociais e econômicas observadas no decorrer dos anos.

A segunda parte abarca a evolução histórica do cooperativismo, desde os primórdios de sua formação ao redor do mundo, até seus primeiros passos no Paraná.

A terceira busca contextualizar o cooperativismo no século XXI, evidenciando sua contribuição e participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná, bem como outros destaques pertinentes.

Ao final, apresentam-se as conclusões oportunizadas pela realização do trabalho.

1 ORIGEM E CONCEITO: COOPERATIVISMO

Para melhor conduzir o artigo, inicialmente serão apresentados breves apontamentos em relação à origem e ao conceito de cooperativismo.

Associações entre seres humanos podem ser identificadas desde os primórdios do tempo. Estudos referentes ao início da civilização, por exemplo, demonstram que o convívio em comunidade no período pré-histórico determinava a sobrevivência de cada um dos indivíduos. Sobre este contexto, junto do progresso e da evolução da sociedade, percebeu-se que a reunião em grupos, segundo valores e crenças,

era uma tendência crescente e que estes aglomerados, gradativamente, desfrutavam de benefícios e de superioridade:

O cooperativismo é uma forma de somar capacidade dentro de um mundo de concorrência. É uma forma de preservar a força econômica e de vida dos indivíduos de um mesmo padrão e tipo, com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades. A cooperativa quase sempre surge em momentos de dificuldades e da consciência de fragilidade do homem dentro do mundo em que atua. (SALES, 2010, p. 24).

A Revolução Industrial ocorrida entre os séculos XVIII e XIX definiu o assentamento do capitalismo como modo de produção predominante. Os consequentes movimentos atrelados ao êxodo rural e à urbanização sinalizaram o início de uma nova época, a qual possuiria própria configuração social. Com a sociedade segmentada em duas classes, burguesia e trabalhadores, a grande maioria das pessoas tinha sua sobrevivência restrita à sua força de trabalho. Foi a partir deste momento, devido, majoritariamente, as condições adversas da mão de obra proletariada, que surgem os primeiros indícios do cooperativismo.

A indignação com a concentração de renda e a desigualdade social, resultantes da produção capitalista, incentivava estudiosos à construção de um movimento alternativo, que aspirasse o bem-estar coletivo, ao invés da exploração da classe trabalhadora. Estas concepções idealizadoras ocasionam a aparição dos primeiros pensadores, hoje intitulados de cooperativistas: Robert Owen (1772 – 1858), Charles Fourier (1772 – 1837), Philippe Joseph Benjamins Buchez (1796 – 1865) e Louis Blanc (1812 – 1882).

Em Manchester, a manifestação deste pensamento é revelada. O descontentamento sobre a miséria e o desemprego gera a revolta de 28 tecelões, que sobre a influência de alguns destes pensadores, criam a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (Rochdale Society of Equitable Pioneers) (REIS JÚNIOR, 2006). A fundação tinha como intuito principal a melhoria das condições sociais e econômicas dos seus filiados. Sobre a realidade de então, este acontecimento tinha caráter eminentemente precursor, sendo hoje reconhecido por historiadores como marco inicial do cooperativismo (BIALOSKORSKI NETO, 2006).

É incontestável que a natureza do cooperativismo denota a ideia de revolução e de luta, especialmente, “como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais” (SALES, 2010, p. 29) das transformações advindas do capitalismo. Porém, no decorrer do tempo, com a evolução da realidade empresarial e da ordem social, o termo tem esta conotação minimizada. “É necessário pontuar que a anatomia cooperativista foi se reconfigurando ao longo dos anos, sendo este um processo estritamente ligado à territorialidade do capitalismo.” (CASAGRANDE, 2014, p. 3). Nesse sentido, sobre o ambiente de globalização, os ideais cooperativistas contemporâneos denotam inspiração estratégica e organizacional na construção de alternativas viáveis. Ao invés de remeterem oposição ao capitalismo, passaram a representar vantagem competitiva a este modo de produção.

Nesta perspectiva de “reconfiguração”, são visíveis as complicações na conceituação do termo em questão. O Congresso de Praga, em 1948, apontou que “será considerada como cooperativa, seja qual for a constituição legal, toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus

membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mínima e que observa os princípios de Rochdale.” (POLONIO, 2004, p. 20).

Porém, esta definição atualmente é restrita a legislação de cada país. Segundo a Política Nacional de Cooperativismo¹, “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados (...)”. Ainda sobre a Lei nº 5.764, é especialmente importante sublinhar que é “excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos” (POLONIO, 2004, p. 68)

A partir destes conceitos jurídicos, POLONIO (2004) afirma que, apesar das dificuldades de conceituação, é visível que o objetivo das cooperativas, em última instância, é proporcionar vantagens econômicas a seus membros, no sentido de facilitar as atividades dos cooperados. Isto à medida que uma cooperativa racionaliza gastos comuns, reforça o poder de barganha no mercado, elimina intermediários, possibilita preços mais competitivos e permite controle de qualidade mais eficiente. Em outras palavras, viabiliza eficientes economias de escala. Mediante as circunstâncias concorrenciais vigentes é visível a utilidade de cooperativas no mercado global.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA: COOPERATIVISMO NO PARANÁ

Assim como no restante do Brasil, a iniciação do cooperativismo no Paraná foi originária da presença dos imigrantes europeus e asiáticos. As primeiras experiências desenvolvidas aqui eram reaplicações dos moldes rochdaleanos sobre o contexto rural brasileiro de então. Desta forma, as sociedades tinham como finalidade organizar “estruturas de compra e venda em comum, além de suprir necessidades de consumo, eletrificação rural e crédito”.²

Neste momento, as regiões Sul e Sudeste desfrutaram de maior intensidade na atuação cooperativista rural e imigrante, configurando o local de ascensão e extensão de sociedades hoje reconhecidas como grandes empresas industriais e comerciais. É o caso, por exemplo, da Castrolanda, da Agrária, da Svitlo e da Batavo (TAB. 1).

¹ BRASIL, Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>

² Disponível em: <<http://www.primato.com.br/site/cooperativismo/8.primato>> Acesso em: 02 jun, 2016.

TABELA 1 - Paraná – Cooperativas Agropecuárias de Antigas Colônias

Cooperativa	Fundação	Município	Colônia	Instalação	Origem
Coop. Mista Agropec. S. José Ltda	...	S.J. dos Pinhais	Murici	1878	Polônia/Itália
Coop. Afonso Pena Ltda	...	Curitiba	Afonso Pena	1908	Alemanha/Polônia
Coop. Mista Iguassu Ltda	...	Curitiba	Afonso Pena	1908	Alemanha/Polônia
Coop. Garcês Ltda	...	Curitiba	Garcês	1935	Alemanha/Polônia
Coop. Maracanã	...	Curitiba	Maracanã	1935	Alemanha
Coop. Mista Cipó Ltda	...	Curitiba	-	1935	Alemanha
Coop. Agropec. Batavo Ltda	1935	Curitiba	Carambeí	1911	Holanda
Coop. Castrolanda Ltda	1951	Curitiba	-	...	Holanda
Coop. Central Agrária Ltda	1951	Guarapuava	-	...	Alemanha
Coop. Mista Agropec. Witmarsun Ltda	1952	Palmeira	Witmarsun	1951	Holanda
Coop. Central de Laticínios do Paraná	1954	Castro	Carambeí	1911	Holanda
Coop. Agropec. de Arapoti Ltda	1960	Arapoti	Arapoti	1960	Holanda

FONTE: LIMA, Luiz Mendes. Histórico do Cooperativismo no Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, BADEP, (43): 39-66, jul./ago., 1974

A instalação de cooperativas era utilizada pelos imigrantes para estabelecimento de seu desenvolvimento econômico e social. Segundo Serra (1995), no início, as sociedades tinham como intuito a viabilidade da autossuficiência da colônia. Eventualmente, com a comercialização de excedentes agrícolas, passaram a servir como garantia de prosperidade aos seus integrantes.

Na esteira do século XX, período em que se verifica o processo de colonização, o Paraná carecia de articulação interna e externa. Tal fato era confirmado pela existência simultânea de três Paranás. Conforme assevera Lourenço:

“Nitidamente, percebia-se a existência de três Paranás, com ligações econômicas extremamente frágeis, dada a precariedade da infraestrutura de transportes. O primeiro deles englobava as regiões tradicionais, polarizadas pelo eixo Curitiba-Paranaguá, dedicadas ao extrativismo e à pecuária extensiva. O segundo extrato abarcava o Sudoeste, especializado em uma incipiente agricultura de subsistência, desenvolvida por produtores gaúchos e catarinenses, com diminuto grau de articulação comercial, por se depararem com as barreiras para escoamento das safras. O terceiro pedaço era constituído pelo norte cafeeiro, ligado à economia paulista e prejudicado pela deterioração dos preços externos dos produtos primários.” (LOURENÇO, 2011, p.3.).

À medida que estas três regiões se desenvolviam ocorria a expansão geográfica das cooperativas.

A grosso modo, cada uma das três regiões foi moldando-se de acordo com o contingente habitacional que passou a lhe ocupar. No Norte, a influência foi do café paulista, no Sudoeste e Oeste do estado, dos cereais e suínos gaúchos e catarinenses. Gado, mate e madeira, compunham a produção da frente tradicional. (CASAGRANDE, 2014, p. 8)

Portanto, foi no decorrer do avanço de seus ciclos econômicos que o Paraná implantou sistemas cooperativistas. A extração da erva-mate, que havia sido o setor mais rentável da economia paranaense em meados do século XIX, utilizou-se de cooperativas para evitar o colapso geral do setor. Com a instituição governamental da Comissão de Organização de Cooperativas de Produtores de Mate (COCPM), em 1943, a atuação das sociedades foi responsável por amenizar e postergar os efeitos da retração do mercado externo, em especial do argentino, que assolava a economia paranaense de então.

“O efeito prático da política adotada pode ser extraído da reação dos preços de mercado: uma arroba de mate teve alta de mais de 300 por cento entre 1942 (antes das cooperativas) e 1948 (depois das cooperativas), numa época em que a inflação era quase que inexistente no País. Além disso, por força e pressão de entidades, o Governo foi levado a definir uma política de preços mínimos para o produto e ainda passou a financiar a produção à base de 90% do preço mínimo.” (SERRA, 1995, p. 58).

O desenvolvimento da produção cafeeira acarretou novo ciclo econômico. De acordo com Serra (1995), a exemplo das cooperativas de mateiros, as cooperativas de cafeicultores também surgiram em momentos de crise nas lavouras e como instrumento de defesa dos produtores. Em 1964, o Estado do Paraná já detinha 33 cooperativas de café³, sendo a maioria criadas durante o período crítico da economia cafeeira paranaense (SERRA, 1995).

Após o declínio do ciclo econômico cafeeiro brasileiro, é instaurado o regime militar. Neste momento, o país sofre profundas alterações econômicas, as quais priorizaram a diversificação industrial e a modernização agrícola e agroindustrial. Particularmente no Estado do Paraná, que tem o agronegócio como setor fundamental, houve a substituição das lavouras de café pelas lavouras mecanizadas de soja e trigo. Na tentativa de transferir forças políticas para dentro do sistema produtivo moderno e de estabelecer o novo modelo agrícola, o Governo Federal fortalecia as cooperativas por meio da distribuição de financiamentos a juros altamente subsidiados (SERRA, 1995).

Com apoio de outras instituições, tal como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), formou-se um movimento de integração entre as cooperativas paranaenses. Chamados de Projetos Integrados de Desenvolvimento do Cooperativismo (SETTI, 2011), os planos segmentavam o Paraná sobre as três regiões já definidas no século XIX, de forma a proporcionarem fortalecimento e diálogo entre as cooperativas, despertando “o cooperativismo para o espírito empresarial.”⁴ Segundo a OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná), fundação de viabilização do projeto. Estes planos resultaram em participação mais significativa das cooperativas na atividade econômica.

³ Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>> Acesso em: 02 jun,2016.

⁴ Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>> Acesso em: 02 jun,2016.

Sobretudo, a atuação dos projetos de integração culminou num setor de destaque. Exacerbado pelos incentivos financeiros do governo federal, o ramo agropecuário tornou-se o mais forte do cooperativismo no estado do Paraná (CASAGRANDE, 2014). A expansão do setor com a participação cooperativista possibilitou a incorporação de variados elos de sua cadeia produtiva. “(...) As cooperativas agropecuárias passaram a preocupar-se com a montagem do complexo agroindustrial, não se conformando com as condições de meras repassadoras de matéria-prima às indústrias”.⁵ Deste modo, percebia-se que a agropecuária paranaense começava a dispor do necessário para efetivamente agregar valor ao seu processo produtivo.

Em vista destes fatos, é evidente a intensificação do cooperativismo no Estado entre as décadas de 1970 e 1980 (SILVA, 1995). Os dados podem observados na TAB. 2.

TABELA 2 - Paraná – Produtores Associados a Cooperativas

Região	% do total	
	1970	1980
Paraná Antigo	7,3	6,6
Campos de Ponta Grossa	7,6	14,3
Norte Pioneiro	3,7	18,1
Oeste/Sudoeste	3,6	28,5
Norte Novo	2,7	29,9
Noroeste	1,7	9,6

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários 1970 e 1980

3 COOPERATIVISMO: ATUAL CONJUNTURA PARANAENSE

Nas décadas de 1980 e 1990, o panorama cooperativista paranaense sofreu alterações expressivas. Devido à crise nacional econômica e política vigente, grande parte dos setores econômicos apresentava conjuntura recessiva. Houve reduções e, até mesmo, extinções de políticas voltadas à agropecuária. Considerando que o desenvolvimento deste importante setor havia sido fundamentado pela disponibilidade de crédito, sua diminuição significativa instaurou nítida crise nas cooperativas agropecuárias (MEDEIROS, PADILHA; 2014). As sucessivas complicações na obtenção de recursos exigiram das cooperativas a utilização de mecanismos e instituições alternativas. Sendo a agropecuária setor de extrema significância para a economia paranaense, a progressiva elevação de dívidas sobre a atividade clamava por medidas por parte da esfera pública. Isto posto, em 1998, foi criado o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP).

“O RECOOP foi instituído em 3 de setembro de 1998, através da Medida Provisória nº 1.715 (MP 1.715/98), tendo como objetivo “reestruturar e capitalizar as cooperativas de produção agropecuária, visando ao desenvolvimento sustentado, em condições de

⁵ Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>>. Acesso em: 02 jun,2016.

competitividade e efetividade, que resulte na manutenção, geração e melhoria do emprego e da renda” (BIANCO et. alli, p.789 apud ALVES, 2003, p. 43).

As operações do RECOOP foram financiadas pelo BRDE, o qual não apenas refinanciava dívidas antigas, como também alocava a maior parte de seus recursos no financiamento de novos investimentos (ALVES, 2003). Por melhorar a situação cadastral das cooperativas junto ao sistema financeiro nacional, o programa marcou o início de um novo quadro, favorável às cooperativas.

Neste contexto, o governo Lula (2003) prosseguiu os incentivos por meio do lançamento do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP), que tinha como intuito fomentar a competitividade e a modernização das associações. Devido à renegociação da dívida intercorrida anteriormente pelo RECCOP foi viável a implantação de uma linha de crédito exclusiva as cooperativas agropecuárias, a qual ocorre, portanto, mediante PRODECOOP (ALVES, 2003).

A melhoria no panorama mundial nos anos 2000 modificou a conjuntura econômica nacional, propiciando, particularmente, novo avanço da agropecuária no Brasil e no Paraná. Ao lado desta guinada houve a evolução de outros programas e incentivos voltados ao setor em questão, dando origem à uma “nova fase do cooperativismo pós-2000” (MEDEIROS, PADILHA; 2014).

De acordo com Boesche e Mafioletti (BOESCHE, MAFIOLETTI; 2006), a ascensão apresentada entre 2000 e 2004 foi formidável, conforme verificado na tabela 3, expressando indicadores de faturamento, geração de empregos e exportações superiores aos alcançados em cooperativas de outros Estados Brasileiros. A expansão do crédito rural, de políticas específicas e de incentivos fiscais deu origem às circunstâncias estaduais que, provavelmente, atribuíram, a este período, vultosa expansão abrindo espaço para pequenas e médias empresas cooperativistas.

TABELA 3 - Paraná - Evolução dos Principais Indicadores do Cooperativismo – 2000 – 2004

Cooperativismo Paranaense	2000	2001	2002	2003	2004
Faturamento (bilhões R\$)	6,49	8,02	11,21	15,5	18,00
Nº de Cooperativas (unidades)	194	193	202	204	209
Nº de Cooperados (unidades)	243.224	245.884	266.523	293.579	348.309
Nº de funcionários (unidades)	28.406	30.421	32.693	39.059	45.030
Receitas com exportações (milhões US\$)	355,42	633,82	643,87	800,00	992,00
Investimento realizados (milhões R\$)	-	300	350	450	780
Participação das cooperativas no PIB/PR - %	9,70	10,30	13,50	16,50	18,20
Participação das Coop. PIB Agropecuário do PR - %	47,00	55,00	52,00	53,00	55,00
Sobras distribuídas pelas cooperativas (milhões R\$)	16,79	232,46	384,54	557,00	600,00

FONTE: OCEPAR

Entre os anos de 2005 a 2015, o Paraná e suas cooperativas continuaram a manifestar progresso (tabela 4). Segundo quadro divulgado pelo Sistema Ocepar, apesar da não alteração de alguns dos Indicadores Sociais

e Econômicos do Cooperativismo Paranaense⁶, grande parte deles demonstrou desempenho positivo, ou, até mesmo, extremamente significativo. No caso do faturamento, por exemplo, verificou-se um aumento de 242% entre o período destacado (de R\$16,5 bilhões para R\$56,5 bilhões). Sobre as exportações, referentes às entidades cooperativistas, constatou-se incremento de 267% (US\$ 680 milhões para US\$2.500 milhões).

TABELA 4 - Paraná – Indicadores Sociais e Econômicos do Cooperativismo – 2005 - 2015

Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Faturamento (bilhões R\$)	16,50	16,50	19,50	25,83	25,06	26,40	32,21	38,13	45,62	50,51	56,50
Cooperativas (unidades)	228	228	234	238	238	236	240	236	231	223	220
Cooperados (pessoas)	407.312	451.642	496.251	513.389	548.812	641.564	735.453	856.098	985.494	1.079.737	1.300.000
Colaboradores (pessoas)	48.061	50.190	51.621	51.838	55.774	59.350	62.389	66.755	72.449	79.241	82.000
Exportações (US\$ milhões)	680,00	852,90	1100,00	1.442	1.470	1.640	2.200	2.100	2.362	2.400	2.500
Impostos recolhidos (R\$ bilhões)	744,90	781,90	898,00	1.060	1.000	1.171	913	1.648	1.776	1.300	1.500
Investimentos (R\$ milhões)	680,00	794,00	1028,00	1.275	1.000	1.011	1.100	1.323	2.163	2.805	2.350
Eventos Realizados	1.583	2.368	2.926	2.946	3.340	4.273	4.344	4.999	5.479	5.333	6.800
Participações/treinandos	71.415	104.614	120.000	100.273	102.332	123.775	129.223	144.445	151.415	160.539	170.000
Postos de trabalho gerados	781.600	773.309	926.608	1,25 mi	1,3 mi	1,4 mi	1,5 mi	1,6 mi	1,7 mi	2,2 mi	2,6 mi
Participação no PIB Agropecuário do PR (%)	53	51	52	54	53	54	55	56	56	56	56

FONTE: SISTEMA OCEPAR/cooperativas pr – (*2015 estimativa) – Dados: novembro/2015

Ainda segundo Boesche e Mafioletti, sobre uma análise finalizada em 2004, “o cooperativismo paranaense se apresenta como o mais desenvolvido do Brasil”. De fato, a análise do desempenho de índices mais recentes, simboliza, efetivamente, a força deste setor. Dados publicados pelo Iparde⁷ também ratificam esta representatividade: 33% do PIB paranaense é composto pelo agronegócio; sendo que, desta fatia, 56% pode ser atribuído ao desempenho cooperativista.

Atualmente, o cooperativismo paranaense conta com 1.300.000 cooperados e compreende algumas das principais empresas do Estado. Tendo em conta os valores que fundamentam a performance cooperativista, é inegável que os excelentes resultados obtidos jamais seriam conquistados se cada um dos integrantes trabalhasse de forma individual.

⁶ Disponível em:

<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2015/noticias/12/03/encontro_estadual_l_clique_aqui/INDICADORES_COOPERATIVISMO_PARANAENSE_ATUALIZADO_DIA_02_12_2015.pdf>. Acesso em: 03 jun., 2016.

⁷ Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em: 03 jun., 2016.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como escopo retratar as raízes e a evolução das sociedades cooperativas até os dias atuais. Tomando por início as origens do cooperativismo, constatou-se que esta residiu na necessidade de uma forma de preservação da força econômica e de sobrevivência de indivíduos de um mesmo padrão e tipo. O primeiro registro de agrupamento data do final do século XVII, constituída em Manchester na Inglaterra, caracterizada como uma reação acerca das condições de miséria e desemprego que assolavam os tecelões.

No Paraná, o sistema cooperativo estabeleceu-se com a chegada dos imigrantes europeus e asiáticos (século XIX), cujas experiências reproduziam os moldes estrangeiros no contexto rural brasileiro, tendo como finalidade a organização de estruturas de mercado comum e suprimento das necessidades de consumo, crédito e eletrificação rural. A intensidade dessas aglomerações nas regiões Sul e Sudeste despontou acentuada atuação cooperativista e configurou o local de ascensão de grupos atualmente reconhecidos como grandes empresas industriais e comerciais.

Com a passagem para o ciclo econômico do café, novas cooperativas firmam suas bases em solo paranaense. Em 1964, o Paraná detinha cerca de 33 cooperativas produtoras de café, que subsistiram e triunfaram mesmo durante o nevrálgico período de crise cafeeira.

Após a instauração do regime militar no Brasil, o país passou a experimentar a ocorrência de profundas alterações na dinâmica econômica, fundamentadas na diversificação industrial e modernização agrícola e agroindustrial. Neste momento, notam-se movimentos de integração das forças cooperativas paranaenses e o despertar do cooperativismo para o espírito empresarial.

A atuação dos projetos de integração resultou na consolidação do setor que, impulsionado por incentivos financeiros do governo federal, conduziu o agronegócio à liderança na frente cooperativista. Este episódio possibilitou a incorporação de elos na cadeia produtiva do agronegócio e marcou o início da agregação de valor ao processo produtivo cooperativo, que se estendeu no decurso das décadas de 1970 e 1980.

Durante as décadas de 1980 e 1990, o panorama cooperativista do Paraná sofreu alterações expressivas, em virtude da conjuntura recessiva atravessada pelo país. Em resposta ao ambiente desfavorável, o governo federal criou, em 1998, o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), visando o desenvolvimento sustentado em condições de competitividade e efetividade.

No alvorecer do governo Lula, em 2003, prosseguiram-se os incentivos ao sistema cooperativo, através do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP), voltado a modernização das sociedades cooperativas.

A melhoria no panorama mundial na primeira década dos anos 2000 alterou a conjuntura econômica nacional, oportunizando novos horizontes ao desenvolvimento da agropecuária no Brasil e no Paraná. Entre os anos 2005 e 2015, os indicadores de desempenho do setor cooperativo do Paraná registraram performance altamente positiva, posicionando-se como a base cooperativa mais dinâmica e desenvolvida do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 20 maio, 2016.
- BRASIL, Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 de dezembro de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 02 jun., 2016.
- CASAGRANDE, Letícia Risso. **Cooperativismo: um olhar sobre as origens e a evolução em diversas escalas (Mundo, Brasil, Paraná e Sudoeste do Paraná)**. 2014. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404139859_ARQUIVO_artigoCBG.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2016.
- FUNDAÇÃO IBGE - Censo Agropecuário Paraná 1970. Rio de Janeiro, 1975.
- IPARDES. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1. Acesso em: 03 jun., 2016.
- LIMA, Luiz Mendes. Histórico do Cooperativismo no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, BADEP, (43): 39-66, jul./ago., 1974.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. Cenários de recomposição do peso econômico do Paraná no Brasil. **Comunicado para o planejamento**, Curitiba: IPARDES, nº 9, p. 3, 2011.
- PARANÁ COOPERATIVO. **Indicadores do Cooperativismo Paranaense**. Disponível em: http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2015/noticias/12/03/encontro_estadual_I_clique_aqui/INDICADORES_COOPERATIVISMO_PARANAENSE_ATUALIZADO_DIA_02_12_2015.pdf. Acesso em: 03 jun., 2016.
- PARANÁ COOPERATIVO. **Sistema Ocepar**. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54> Acesso em: 02 jun, 2016.
- POLONIO, Wilson Alves. **Manual das sociedades cooperativas. 4ª edição**. Atlas, 2004. VitalSource Bookshelf Online.
- PRIMATO. **Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.primato.com.br/site/cooperativismo/8.primato> Acesso em: 02 jun, 2016.
- REIS, Nilson Júnior. **Aspectos Societários das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- SALES, João Eder. **Cooperativismo: Origens e Evolução**. Numero I, Jan – jun. 2010. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia.
- SERRA, Elpídio. **Um Pouco da História do Cooperativismo Agrícola no Paraná**. 1995. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12887>. Acesso em: 20 de maio de 2016.
- SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo paranaense: Ocepar 40 anos construindo o futuro**. Curitiba: Ocepar, 2011.
- SILVA, Danilo Honório da. **Modernização Agrícola e Cooperativismo no Paraná nos Anos 70**. 1995. Monografia (Iniciação Científica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.